

JUVENTUDE (S), VULNERABILIDADE E TRÁFICO DE DROGAS: INTERVENÇÕES EDUCATIVAS DO ESTADO E DE ONG NO BAIRRO DA LIBERDADE, SALVADOR-BA

Tatiane Pereira dos Santos*

Universidade do Estado da Bahia – tps24@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é compreender as intervenções educativas presente no trabalho desenvolvido pelas ONGs em parceria com o Estado, do ponto de vista dos jovens que as freqüentam, como contraponto a sua inserção no tráfico de drogas.

O interesse em desenvolver esta pesquisa surge pela experiência profissional da pesquisadora em instituições que desenvolvem ações socioeducativas com as juventudes, bem como pela vivencia enquanto moradora do bairro periférico da Liberdade, pois com base nos dados do Censo 2000, a população é de 39.322 moradores com intensa informalidade como atividade do local. O bairro tem um alto índice de violência, inclusive com intensa ação do tráfico de drogas, e a inserção de crianças e jovens no comércio ilegal de drogas.

Associado a esse contexto, vale ressaltar a relevância dos debates referentes ao tráfico de drogas, juventudes e vulnerabilidade por compreender a sua emergência diante da realidade vivenciada diariamente pelo público estudado. Pois, segundo os dados do Atlas da Violência de 2018 revelam que 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino e a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%), ou seja, é nítida a discrepância do número de homicídios por raça/cor, é o genocídio da juventude negra. O Atlas ainda acrescenta que em 2016 os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil. Bem como, na conjuntura atual, a polêmica referente à Intervenção Federal que tem como estratégia para a garantia da ordem pública, o combate ao tráfico de drogas e a violência nas favelas do Rio de Janeiro.

Diante desse contexto exposto a pesquisa tem como objetivo compreender os significados atribuídos pelos jovens em relação às ações educativas não formal existente em parceira com o Estado e ONGs, no bairro periférico da Liberdade, como contraponto a sua inserção no tráfico de drogas. Para tanto, pretende-se ao longo do estudo investigar a situação de vulnerabilidade que permeiam os jovens expostos ao tráfico de drogas no bairro da Liberdade; identificar a parceria entre o Estado e ONG, o desenvolvimento das ações educativas não formais e a visão dos jovens sobre a educação não formal como contraponto a sua inserção no tráfico de drogas.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

METODOLOGIA

O estudo trata de uma pesquisa de campo que tem como sujeitos os jovens moradores da Liberdade, bairro periférico de Salvador, que participam de ações educativas não formal desenvolvida por ONG em parceria com o Estado.

Vale ressaltar que tratam de uma pesquisa em andamento, assim os resultados até então alcançados são fruto da metodologia com abordagem da pesquisa qualitativa, que quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória com a finalidade de aproximar o pesquisador do tema a ser estudado. Para explicar as razões dos acontecimentos que envolvem o tema em debate será empregada, quanto ao objetivo, uma pesquisa explicativa. E para nortear a teoria será utilizado, quanto ao objeto, à pesquisa bibliográfica, desenvolvendo a técnica de revisão literária a partir da busca de artigos, teses, dissertações e livros acerca do tema estudado.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Ao analisar a juventude no contexto da vulnerabilidade ao tráfico de drogas, vários debates vêm ocorrendo na contemporaneidade, para tanto vale a superação da visão generalizada de que todos os jovens são iguais, ignorando suas peculiaridades, seu contexto social, suas experiências no âmbito familiar e escolar, pois, (DAYRELL, 2003, p.3) ressalta a “noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes”. É fundamental considerar os aspectos da cultura e do tempo nas concepções de juventude, assim, tornando inviável e complexo homogeneizar uma definição, pois para Novaes (2006, p.105) “lembrar que ”juventude” é um conceito construído histórica e culturalmente já é um lugar-comum”.

Assim, a pesquisa trata da juventude inserida em determinado contexto social, onde vivenciam situações que favorece a entrada no tráfico de drogas, como para Kowarick (2009, p.19) a vulnerabilidade socioeconômica refere-se à “situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania”.

Problematizando a garantia de trabalho aos jovens da periferia, nota o descaso na oferta desse direito, inclusive atrelada à educação, bem como a ausência de cursos profissionalizantes, pois o mercado exige dos candidatos alto grau de escolaridade e qualificação profissional. Assim, a escassez de oportunidade de atividades laborais formais para o público mencionado abre espaço para a busca de vínculo com o tráfico de drogas no desempenho de funções como garantia de renda, pois para o sustento da família, essa pode ser a alternativa disponível diante do contexto de vulnerabilidade vivenciado.

A partir do debate sobre a violência e o genocídio da juventude negra, apresenta as ideias de Kowarick (2009, p.19) “sobre a vulnerabilidade civil, refere-se à integridade física das pessoas, ou seja, o fato de vastos segmentos da população estar desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia”. Assim é indispensável fomentar a explanação sobre a situação sentida nas periferias com relação ao direito a vida, cotidianamente jovens negros é exterminados.

Referente ao cenário do comércio ilegal de drogas, para Velho (1994, p.27) “como tráfico de drogas é uma das atividades mais lucrativas de que se tem conhecimento, torna-se uma tentação quase irresistível para certos aplicadores de capital menos éticos”, além do lucro como resultado da articulação com o comércio internacional e o tráfico de armas o que cresce o acúmulo de capital nas mãos de determinados segmentos sociais. Pois, o autor acrescenta “[...] a conexão entre traficantes e poderosos setores das elites oficiais, tanto econômicos

quanto políticos de diversos países”. Assim, é complexo o debate sobre o tráfico de drogas e as dimensões entrelaçadas de quem obtêm o lucro e quem sofre a opressão.

Vale salientar a omissão do poder público e da sua função na garantia de direitos, pois a realidade sentida nas comunidades periféricas é a atuação do mesmo, a partir do modelo repressor, isso é evidente, geralmente, nas ações desenvolvidas pela polícia, segundo as pesquisas de Espinheira (org. 2004, p. 200):

A polícia é responsável pela disseminação da violência, pelo seu uso tradicional da tortura, física e psicológica; pela sua estratégia de amedrontamento, de terror e humilhação.[...]a serviço de comerciantes, agiotas, administradores do jogo, do tráfico de drogas, da prostituição etc, estão eles à disposição de quem lhes pague para “limpar a área”, para fazer o serviço “de quem deve ser feito”. [...] mata, em “ações legais” um número extraordinário de pessoas.

Destarte, a polícia, em alguns casos, apresenta atitudes corruptas, violentas e promove sentimento de medo e insegurança, segue uma linha contrária as necessidades da sociedade, afinal eles são os representantes da segurança pública.

Nesta pesquisa o foco sobre as ONGs será as que na contemporaneidade tem como definição segundo Montaño (2014, p.81) “as organizações “sem fins lucrativos” em geral não desenvolve uma atividade geradora de lucro nem produzem receitas suficientes para se manterem em operação.”

É nesse cenário que cabe a discussão sobre a atuação do Estado em parceria com as ONGs na perspectiva da educação não formal. Assim, sobre essa articulação, de acordo com os estudos de Montaño (2014, p.84):

[...] quando se corta a relação embrionária das ONGs com os Movimentos Sociais, e quando, com o redirecionamento da “Cooperação Internacional”, a ONG é obrigada à captação de recursos, que se estabelece uma nova relação de “parceria” entre as ONGs e o Estado e/ou o capital.

Assim, para a manutenção e permanência dessas organizações requer a captação de recursos, e a parceria com entidades financiadoras como o Estado e o capital, essa articulação é favorável aos atores participantes, como para o Estado que transfere para as ONGs, a sua responsabilidade na atuação frente às demandas sociais, inclusive do segmento pobre. Isto é para Montaño (2014, p.87):

[...] desresponsabilização do Estado no trato da “questão social” só é possível de ser realmente compreendida na sua articulação com a autorresponsabilização dos sujeitos carenciados e com a paralela desoneração do capital na intervenção social, no contexto do novo projeto neoliberal.

Segundo as pesquisas de Sposito (2008, p.89) “em geral, as prefeituras, quando adotam tais orientações, não são responsáveis pela execução. Ocorre o repasse de recursos para associações comunitárias, ONGs ou entidades religiosas que se responsabilizam pela implementação da proposta“. Nesse cenário de parceria entre o setor público e as organizações são desenvolvidos projetos e programas, inclusive na área da educação para o público juvenil que vivenciam situações de vulnerabilidade, bem como no contexto favorável a sua inserção no tráfico de drogas.

Sendo assim, referente à educação não formal de acordo com as pesquisas de Gohn (2013, p.3):

A educação não- formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de

educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sócio cultural é uma meta na educação não formal.

Diante do explanado, a concepção da educação não formal contempla um leque de elementos, entre eles os que favorecem na construção da cidadania, considerando a educação como um processo, o que revela que não é imediatista, e sim trata de um trabalho contínuo, na perspectiva de atividades planejadas de acordo com as demandas de quem participa, assim dialogando com o público alvo.

Para tanto, é fundamental compreender a educação não formal a partir da realidade da juventude da periferia predominantemente negra, a partir da sua visão de mundo.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa que está em andamento apresentou uma breve discussão sobre a temática juventude (s), vulnerabilidade e tráfico de drogas e as intervenções educativas do Estado e de ONG no bairro da Liberdade, Salvador-BA.

Referente aos resultados das análises iniciais, na pesquisa teórica verificou que neste universo, a situação de vulnerabilidade vivenciada pela juventude das periferias, tais como: falta de perspectiva de trabalho, evasão escolar, fragilidade na oferta de educação, pouco acesso as redes socioassistenciais, o desemprego dos membros familiares, a violência, enfim a negação dos direitos do grupo juvenil presentes nestas comunidades, relevando que são inúmeras situações, para além da condição da pobreza que favorecem a entrada de crianças e jovens no comércio de drogas.

Nesse sentido, certificou-se a relação do capitalismo, tráfico de drogas e violência, enquanto um grupo acumula riquezas no processo de organização na produção, distribuição e consumo de drogas, bem como a ligação com o comércio internacional e o tráfico de armas, outros vivenciam a pobreza, desemprego, violência e a exploração da mão-de-obra barata, inclusive as juventudes que pela ausência de políticas públicas e acesso aos direitos sociais ficam sem alternativas e oportunidades de projetos de vida, sendo as atividades desenvolvidas com o tráfico de drogas uma alternativa possível para a garantia de renda.

Verificou-se que o estabelecimento da parceria ONG e Estado acontece através da captação de recursos, a partir de projetos e programas, revelando a possibilidade do desenvolvimento da educação não-formal, inclusive para o público juvenil que vivenciam situações de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Daniel (coord.). **Atlas da violência 2018**. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira Educação. n.24 Rio de Janeiro set./dez. 2003.

ESPINHEIRA, Gey. **Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador.** Revista Bahia análise & dados. Salvador – BA, v.11 n.1 p.08-16 Junho 2001.

GOHN, M^a Glória. **Sociedade Civil no Brasil:** movimentos sociais e ONGs. Meta: Avaliação: Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. – São Paulo: Ed. 34, 2009.

MONTAÑO, Carlos (org.). **O canto da sereia:** crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. – São Paulo: Cortez, 2014.

NOVAES, Regina. **Os jovens de hoje:** contextos, diferenças e trajetórias. In.: ALMEIDA, M^a Isabel; EUGENIO, Fernanda. (org.). **Culturas jovens:** novos mapas do afeto. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e Educação:** interações entre a educação escolar e a educação não-formal. Revista Educação e Realidade. p. 83-98, jul/dez, 2008.

VELHO, Gilberto. **A dimensão cultural e política dos mundos das drogas.** IN.: ZALUAR, Alba (org.). Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos. São Paulo. editora brasiliense. 1994.